

Mito, oráculos e práticas religiosas em *Édipo rei*, de Sófocles

André Gardesani¹

Resumo: *Édipo rei*, tragédia escrita por Sófocles, representa uma importante fonte de estudo sobre a religião na Grécia antiga. O dramaturgo incorporou à peça diversos elementos pertencentes à crença e à religião grega. Tanto a tragédia, como seus antecedentes míticos retratam práticas oraculares, recursos divinatórios, profecias e premonições, além de serem marcados pela influência da vontade divina e do destino na configuração da maldição que se abateu sobre a família dos Labdácidas, atingindo Laio, Jocasta, Édipo e seus filhos. A partir dos estudos de diversos helenistas e mitólogos, como Jardé, Campbell, Eliade, Vernant e Zaidman, pretende-se discutir como elementos mitológicos e religiosos são utilizados na peça para refletir sobre as ações e decisões das personagens, especialmente as relações entre humanos e deuses. Além disso, procura-se demonstrar que o mito, como matéria-prima da tragédia, ao lado das práticas religiosas inseridas no texto, funciona como forma de controle coletivo e social, endossando um código moral, bem como suprindo as necessidades espirituais do homem grego.

Palavras-chave: *Édipo rei*. Mito. Oráculo. Profecias. Sófocles. tragédia grega.

Abstract: *Oedipus the King*, a tragedy written by Sophocles, represents an important source of study on religion in ancient Greece. The playwright incorporated to the play several elements pertaining to the Greek religion and belief. Both the tragedy and its mythical antecedents depict oracular practices, divinatory resources, prophecies and premonitions, as well as being marked by the influence of divine will and destiny in the configuration of the curse that struck the Labdacid family, reaching Laio, Jocasta, Oedipus and his children. Based on the studies of several hellenists and mythologists, such as Jardé, Campbell, Eliade, Vernant and Zaidman, the aim is to discuss how mythological and religious elements are used in the play to reflect on the actions and decisions of the characters, especially the relationships between humans and gods. In addition, we seek to demonstrate that myth, as the raw material of tragedy, along with the religious practices inserted in the play, function as a form of collective and social control, endorsing a moral code as well as supplying the spiritual needs of greek man.

Keywords: *Oedipus the King*. Myth. Oracle. Prophecies. Sophocles. Greek tragedy.

¹ Pós-doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra. Doutor e Mestre em Literatura Comparada pela UNESP, Câmpus São José do Rio Preto. E-mail: gardesani.a@gmail.com.

Introdução

Édipo rei, a tragédia do amaldiçoado tirano que, sem saber, mata o pai e casa-se com a mãe, foi provavelmente escrita em 430 a.C. e representada, pela primeira vez, em 425 a.C. Trata-se da primeira peça da denominada “Trilogia Tebana”,² que também é composta por Édipo em Colono e Antígona. A tragédia é uma das mais encenadas na história do teatro grego. Vertida para diversos idiomas, foi também a mais traduzida. Sempre representou um fecundo material de estudo para diversas áreas do saber: foi estudada por monges que, durante a Idade Média, traduziram o manuscrito do grego para o latim; por muitos filósofos, que avaliaram questões morais, éticas, de costume e de cultura; por cientistas políticos, que analisaram a questão do jogo do poder; por antropólogos, que encararam o mito como uma forma de melhor conhecer o homem e as normas, crenças e valores sociais; e por psicanalistas, que tentaram compreender o inconsciente, por meio do arquétipo do herói trágico.³ São tantos os pontos de vista formados a seu respeito, que Vieira (2007, p. 163) emprega a expressão “mosaico hermenêutico” para referir-se aos incontáveis estudos existentes sobre a peça e o mito de Édipo. O drama também representa uma importante fonte de estudo sobre diversos aspectos da religião na Grécia antiga, uma vez que Sófocles introduziu nele uma vasta gama de elementos míticos-religiosos, tais como oráculos, profecias, adivinhos, manifestações da vontade divina e a influência do destino.

O presente artigo tem por objetivo analisar a incorporação, por parte do dramaturgo, de elementos religiosos à tragédia. Objetiva, ainda, analisar como

² A expressão “Trilogia Tebana” intitula a tradução do helenista Mário da Gama Kury, abrangendo as três mais famosas tragédias de Sófocles: *Édipo rei*, *Édipo em Colono* e *Antígona*. Jardé (1973, p. 73), ao contrário de Kury, entende que os três dramas consagrados ao mito de Édipo não fazem parte de um mesmo conjunto, já que cada tragédia tem sua unidade própria formando um todo completo.

³ Freud, em *A interpretação dos sonhos* (1987), utilizou-se do mito de Édipo para compreender o inconsciente e as forças controladoras do desejo.

essas práticas influenciam as ações e decisões das personagens, especialmente de Édipo. Por fim, busca-se demonstrar que as práticas mítico-religiosas se revelam como um importante instrumental para ampliar o domínio da tragédia em estudo, que atende, dessa forma, a anseios de controle social, bem como as necessidades espirituais do homem do seu tempo. Como resultado, obter-se-á uma melhor compreensão a respeito da importância do passado mítico e das práticas religiosas entre os gregos antigos.

A tragédia

A tragédia tem início numa praça em frente ao palácio real em Tebas, onde numerosos cidadãos suplicam ajoelhados nos degraus dos altares ali existentes. Édipo, na condição de soberano, dirige-se ao povo em tom paternal: “Meus filhos, nova geração do antigo Cadmo / por que permaneceis aí ajoelhados / portando os ramos rituais de suplicantes?” (v. 1-3).⁴

Um ancião, sacerdote de Zeus, anuncia a peste que assola a cidade, que “se extingue nos germes antes fecundos / da terra, morre nos rebanhos antes múltiplos / e nos abortos das mulheres, tudo estéril” (v. 33-35). O sacerdote, então, realçando os feitos heroicos de Édipo, sobretudo a salvação da cidade das garras da terrível esfinge, pede o auxílio e a intervenção do rei (v. 47-52).

Édipo, após dizer que a sua própria alma chorava pela cidade e por si mesmo (v. 80-81), enviou Creonte ao templo de Apolo, em Delfos, a fim de consultar o oráculo sobre como deveria proceder para salvar Tebas. Ao retornar, Creonte revelou-lhe a profecia oracular: Tebas abrigava o assassino de Laio, o qual deveria ser punido. Somente assim a peste seria afastada. Dessa

⁴ Todas as citações de *Édipo rei* contidas neste artigo foram extraídas da tradução de Mário da Gama Kury.

forma, Édipo dá início a uma verdadeira investigação, anunciando o exílio como castigo para o assassino de Laio (v. 267-269).

Aconselhado por Creonte, Édipo manda buscar Tirésias, o profeta mais próximo de Apolo, a fim de que lhe diga quem cometeu o crime. De início, o vate se recusa a responder as indagações do rei, mas acaba por fazer a revelação que consistiria no primeiro passo rumo à perdição do herói: “Pois ouve bem: és o assassino que procuras!” (v. 431). Édipo chega a suspeitar de um conluio entre Tirésias e Creonte para afastá-lo do poder: “São tuas estas invenções, ou de Creonte?” (v. 454). O adivinho faz diversas premonições e antecipa a perda do poder e o final dramático do rei:

Pois ouve: os olhos teus são bons e todavia
não vês os males todos que te envolvem,
nem onde moras, nem com que mulher te deitas.
Sabes de quem nasceste? És odioso aos teus,
aos mortos como aos vivos, e o açoite duplo
da maldição de tua mãe e de teu pai
há de expulsar-te um dia em vergonhosa fuga
de nossa terra, a ti, que agora tudo vês
mas brevemente enxergarás somente sombras! (v. 498-506).

Noutra passagem deste mesmo diálogo, Tirésias recorre a enigmas (“verás num mesmo dia teu princípio e fim”, v. 528) e à ironia (“Não és tão hábil para decifrar enigmas?”, v. 530). O adivinho incutiu muitas dúvidas na mente de Édipo e foi o primeiro a iluminar, de forma mais contundente, a verdade aos olhos do rei.

Édipo, supondo que Creonte cobiça o trono da cidade, o acusa de querer tirar-lhe a vida e despojar-lhe do poder (v. 629-632). Creonte contesta as acusações com fundamento no fato de que já possuía muita influência na cidade, sendo festejado por toda a população. Por isso, não desprezaria o que já tem para obter o trono. Ainda, desafiou Édipo a ir até Delfos e obter, ele

mesmo, informações sobre a veracidade da predição relatada (v. 681-706). Diante da exaltação de ânimos, Jocasta intervém na tentativa de acalmar a situação. O Corifeu também alerta para a injustiça das acusações de Édipo, afirmando que ninguém deve acolher rumores vazios e não comprovados para fazer acusações ao amigo (v. 774-775): “A injustiça, bem sabes, ofende” (v. 816).

As afirmações da rainha, lançadas com o objetivo de demonstrar que Tirésias não tinha o dom divinatório, pois não teria sido deferido aos mortais, antecipam a descoberta acerca da autoria do crime. Jocasta faz menção ao vaticínio proferido no passado no sentido de que um filho seu com Laio o assassinaria, o que não veio a confirmar-se, pois seu consorte foi morto em uma encruzilhada. “O filho único de Laio / não se tornou o matador do próprio pai; / não se concretizaram as apreensões do rei / que tanto receava terminar seus dias / golpeado pelo ser que lhe deu a vida. / Falharam os oráculos (...)” (v. 863-868).

Édipo começa a convencer-se de que lançou contra si mesmo terríveis maldições e passa a temer que Tirésias, mesmo cego, havia visto o que ele não viu. Contudo, o rei ainda necessitava de mais um depoimento para esclarecer-se: um escravo da comitiva de Laio que se salvou, regressando a Tebas.

Entretanto, antes de ouvir o escravo, um mensageiro vindo de Corinto informa Jocasta que os habitantes da cidade desejam fazer de Édipo seu rei, devido à morte do rei Pôlibo. Quando Édipo chega, Jocasta lhe conta que seu pai faleceu. O mensageiro então revela a Édipo que Pôlibo e Mérope não eram seus verdadeiros pais (v. 1204 e 1210-1211), o que precipita, ainda mais, a descoberta da identidade do rei e do assassino de Laio. A rainha tenta desencorajar Édipo de buscar a verdade, mas ele considera inadmissível não esclarecer a dúvida sobre sua origem, dado os inúmeros indícios.

O escravo da comitiva de Laio é convocado para depor. A princípio, cala-se a respeito dos fatos, mas Édipo extrai-lhe a verdade. O seu depoimento

coincide com o do mensageiro de Corinto, no sentido de que um dia entregou uma criança para o emissário, a fim de que a tratasse como filho e que havia recebido o recém-nascido de Jocasta. Diante do desvendamento da verdade, Jocasta suicida-se e Édipo fura os próprios olhos, perdendo o poder e a prosperidade.

Antecedentes míticos de *Édipo rei*

Ensina Ferreira (2002, p. 82) que a tradição secular dos mitos, “à qual liga-se uma determinada concepção de verdade e de saber, fundadas numa dimensão superior da realidade, cujo alcance depende dos favores divinos, está presente no drama trágico como estava ainda presente na cidade”. Os dramaturgos gregos, quando compunham suas peças, além de elementos pertencentes ao contexto histórico-social vigente, valiam-se dos relatos míticos oriundos das tradições orais em suas mais diversas variantes. Por esse motivo, Zaidman (2010, p. 18) afirma que as epopeias, tragédias e poemas transmitem e transformam as crenças, alimentando, assim, a vida dos mitos e dos deuses a que se referem.

Os antecedentes míticos de *Édipo rei* encontram-se vinculados com a própria origem da cidade de Tebas, que teria sido fundada por Cadmo, após ter consultado o oráculo de Delfos a respeito do paradeiro da sua irmã Europa, que havia sido raptada por Zeus. Ele foi aconselhado a seguir uma vaca e a fundar uma cidade onde ela caísse de cansaço. Antes, contudo, para obter água, teve que matar a pedradas um dragão que guardava um bosque sagrado onde havia uma fonte. Em atenção ao conselho de Atena, semeou os dentes do dragão, dos quais nasceram os primeiros habitantes de Tebas. Ele casou-se com a deusa

Harmonia e encabeçou a linhagem dos Labdácidas (Polidoro, Lábdaco, Laio e Édipo), ou seja, a casa dinástica que fundou e governou a cidade de Tebas.

Laio é filho de Lábdaco e bisneto de Cadmo. Com a morte do pai, não pôde assumir o governo, pois era menor, razão pela qual Lico⁵ assumiu a regência e morreu assassinado por seus sobrinhos. Aterrorizado, fugiu e procurou asilo na corte de Pélope⁶ que lhe concedeu hospitalidade. Ele se apaixona por seu filho, Crísipo, e rapta o jovem, o que ofendeu sobremaneira Hera, deusa protetora da família. Crísipo, envergonhado, suicidou-se. Assim, Hera amaldiçoou Laio.

Laio casa-se com Jocasta e torna-se rei de Tebas. Ele consulta o oráculo para saber sobre a fertilidade do seu casamento, o qual lhe anuncia, como castigo pela relação amorosa mantida com o jovem Crísipo e pela quebra do dever de hospitalidade, que seu filho com Jocasta o mataria. Apesar da predição oracular, Laio gera um filho e, para fugir ao prenúncio, manda sua esposa entregar o recém-nascido a um pastor de rebanhos, que perfura o calcanhar do infante, passando uma correia no orifício e levando-o nas costas, como na época se conduzia caça miúda (Vernant, 2000, p. 165). A ordem de Laio era no sentido de que a criança fosse abandonada no cume do monte Citerón, a fim de que morresse naquela região deserta e inóspita. Piedosamente, o pastor não abandonou o infante e resolveu entregá-lo a um companheiro de profissão que trabalhava para Pôlibo, rei de Corinto. Como ele e sua esposa Mérope não tinham filhos e desejavam ter um, resolveram adotar o menino que recebeu o nome de Édipo.⁷

⁵ Filho de Ctônio, era um dos homens nascidos dos dentes do dragão semeados por Cadmo durante a fundação de Tebas.

⁶ Avô de Agamêmnon.

⁷ Etimologicamente, o nome Édipo possui duplo e ambíguo significado: *oidos*, em grego antigo, significa “inchados” e *pous*, significa “pés” (“aquele que tem os pés inchados”); por outro lado, *oida*, significa “saber ver” e *pous*, “pés” (“aquele que se sustenta por saber ver”). Quanto à primeira hipótese, comenta Lévi-Strauss que o nome de Édipo encontra-se filiado à sua linhagem paterna, já que o nome do seu avô, Lábdaco significava “manco” e o do seu pai, Laio, “desajeitado” e apresenta, assim, um significado

Durante a adolescência todos admiravam Édipo, sobretudo pela coragem e inteligência. Certo dia, foi insultado por um bêbado que o chamou de bastardo. Édipo, diante disso, consulta o oráculo de Apolo, em Delfos, sobre sua origem, recebendo, como resposta, o vaticínio segundo o qual um dia mataria seu pai e se casaria com a sua mãe.

Dessa forma, supondo que Pôlibo fosse seu pai e Mérope sua mãe, dirige-se de Delfos para Tebas. No percurso, em uma encruzilhada, Édipo encontra o Rei Laio, que fazia o caminho inverso, ou seja, deixava Tebas em direção a Delfos, com o objetivo de consultar o oráculo sobre um terrível monstro que ameaçava a cidade. Ocorre que nesta encruzilhada não era possível passar dois carros lado a lado. Laio entende que seu cortejo real tem prioridade e, por outro lado, Édipo considera-se um príncipe, filho do rei. A arrogância de um e de outro gerou um conflito e Édipo, sem saber que Laio era o seu pai, mata-o.

Chegando a Tebas, Édipo encontra a cidade ameaçada pela esfinge, um monstro com cabeça e busto de mulher e corpo de leoa, que devorava as pessoas que não conseguiam resolver seus enigmas. Creonte, rei de Tebas, oferece a coroa e sua irmã em casamento àquele que decifrasse o enigma da esfinge. Édipo se candidata a interpretar o canto do terrível monstro, que propõe a seguinte adivinha a ele:

Na Terra vive uma criatura que anda sobre quatro membros, depois apenas dois e, em seguida, sobre três membros, embora tenha apenas uma voz. Pela postura, é diferente das criaturas que andam pela terra, das que voam pelos céus e das que nadam no mar. Quando anda sobre os quatro membros, é muito mais frágil (Willige *apud* Dethlefsen, 1990, p. 5).

hipotético, na medida em que toda a sua linhagem evocava uma “dificuldade de andar direito” (2008, p. 231).

Dípous, trípous, tetrápous. Édipo inicia um processo de reflexão; uma reflexão que talvez seja bem mais fácil para um homem que se chama Édipo, *Oi-dípous*, “bípede” (Vernant, 2000, p. 168). A solução apresentada pelo herói para o enigma foi a seguinte:

Ouve, mesmo que não queiras, Musa esvoaçante e maldosa dos mortos, as minhas palavras. Por direito, agora a tua luta chega ao fim! É o homem, que, quando pequeno, engatinha sobre os quatro membros; quando adulto, usa as duas pernas, mas na velhice caminha apoiado a uma bengala, pois suporta o peso dos anos (Willige *apud* Dethlefsen, 1990, p. 7).

A esfinge, derrotada, se lança do alto do rochedo e morre. Édipo salva Tebas do terrível flagelo, torna-se rei da cidade e casa-se com Jocasta, viúva de Laio. Deste casamento, resultaram duas filhas (Antígona e Ismene) e dois filhos (Polinices e Etéocles). Estavam assim cumpridas as duas predições feitas pelo oráculo. Ocorre que os deuses, em razão da desobediência ao oráculo, fizeram recair sobre Tebas uma peste. O oráculo é novamente consultado por Creonte e responde que a praga somente seria rompida se o assassino de Laio fosse descoberto.

Estes, enfim, constituem os antecedentes míticos da tragédia *Édipo rei*, de Sófocles, que se concentra nos atos praticados por Édipo em busca da verdade sobre o assassino de Laio e sobre sua própria identidade.

Crença e religião

Diante da ausência de explicações científicas para os fenômenos da natureza, os gregos idealizaram uma série de histórias que eram transmitidas de geração a geração por meio da tradição oral. Esse conjunto de histórias, que

hoje conhecemos como “mitologia”, correspondia à religião dos gregos antigos.⁸ O mito contém uma narrativa de caráter sagrado e religioso, ou seja, revela um mistério que o homem não poderia conhecer caso a história não lhe fosse revelada. Nas palavras de Eliade, o mito é “a história do que se passou *ab illo tempore*, a narração daquilo que os deuses ou os Seres divinos fizeram no começo do Tempo” (2012, p. 84-85).

A religião, durante o período clássico da história da Grécia antiga (séculos V e IV a.C.), tinha como antecedentes as crenças dos primeiros invasores indo-europeus, além de elementos pré-helênicos, notadamente creto-micênicos e orientais. A religião primitiva era tão rudimentar como a dos povos selvagens, pois adoravam-se ídolos, animais sagrados e coisas da natureza. No entanto, como bem observa Giordani, não se tratava de totemismo, pois os animais, objeto de veneração, não eram considerados como antepassados. O que os invasores tinham em mira, no culto, segundo ele “era a força divina simbolizada ou contida nas pedras, nas árvores e nos animais” (2008, p. 471). Os primitivos procuravam apaziguar, por meio das suas crenças, as forças invisíveis do mundo, recorrendo a cerimônias mágicas.

Durante o período clássico da história grega (séculos V e IV a.C.), os mitos que relatavam as histórias das origens e dos deuses passaram a ser dotados de certa organização em termos religiosos. Mas, a crença primitiva nunca desapareceu totalmente, pois deixou muitos resquícios, como é o caso da representação dos deuses sob a forma humana, originando o politeísmo antropomórfico, ou seja, a crença em vários deuses, que se assemelhavam não apenas fisicamente aos homens, mas também espelhavam as mesmas virtudes, fraquezas e paixões.

⁸ Campbell costuma relativizar a definição de mito, ao afirmar que ele “é a religião dos outros” (2008, p. 49). Dessa forma, o mito somente fundaria verdade absoluta para a comunidade no qual foi proclamado. Assim, sempre que, no decorrer deste estudo, nos referirmos ao mito, estamos também nos referindo à religião grega antiga.

Segundo Bowra (1969, p. 17), os gregos sentiam a presença dos deuses em toda a parte, especialmente nas horas difíceis, como, por exemplo, durante as guerras. A veneração também ocorria em ocasiões festivas e era regulamentada pelo Estado, tendo-se em vista o interesse coletivo envolvido. Às festas religiosas era atribuído um aspecto político, e os cidadãos de méritos extraordinários eram agraciados com honrarias. Por esses motivos, para Harvey (1998, p. 430), a religião perdeu seu caráter pessoal e íntimo e transformou-se num espetáculo destinado ao público.

Na Atenas clássica, o culto aos deuses poderia ser público ou doméstico. O culto doméstico era variado e desenvolvia-se com maior liberdade. Os gregos rogavam por proteção, bens materiais e sucesso em suas empreitadas. Costumavam fazer oferendas, orar e sacrificar animais para agradá-los. O culto público ocorria em templos, bosques sagrados e nos cumes das montanhas. Antes da prece, procedia-se à purificação, lançando água nas mãos. Rezava-se de pé, com a cabeça descoberta e as mãos levantadas para cima (se a oração fosse dirigida aos deuses celestes) ou abaixadas (se fosse dirigida às divindades infernais).

O quadro religioso dos gregos antigos era muito vasto e composto por uma infinidade de mitos, deuses com múltiplos nomes e práticas não sistematizadas. Nota-se, de todo esse conjunto, tanto na tragédia sofocliana, como nos seus antecedentes, a presença de diversos elementos pertencentes à crença e religião, tais como práticas oraculares, recursos divinatórios e profecias.

Oráculos

Édipo rei faz três menções a consultas ao oráculo. A primeira refere-se à consulta de Laio sobre a fecundidade do seu casamento, narrada por Jocasta:

Não direi que Febo,
mas um de seus intérpretes, há muito tempo
comunicou a Laio, por meio de oráculos,
que um filho meu e dele o assassinaria;
pois apesar desses oráculos notórios
todos afirmam que assaltantes de outras terras
mataram Laio há anos numa encruzilhada (v. 851-857).

A segunda trata da consulta de Creonte a respeito da causa da peste que assola Tebas, narrada por ele, quando rebate as acusações de Édipo: “Queres a prova? Sem demora vai a Delfos / e informa-te se relatei fielmente o oráculo” (v. 705-706). Nos antecedentes do mito, encontramos, ainda, a consulta de Cadmo a respeito do paradeiro de sua irmã, que havia sido raptada por Zeus.

Por fim, a terceira refere-se à consulta de Édipo sobre sua origem, narrada pelo próprio herói:

Sem o conhecimento de meus pais, um dia
fui ao oráculo de Delfos mas Apolo
não se dignou de desfazer as minhas dúvidas;
anunciou-me claramente, todavia,
maiores infortúnios, trágicos, terríveis;
eu me uniria um dia à minha própria mãe
e mostraria aos homens descendência impura
depois de assassinar o pai que me deu vida (v. 939-946).

Os gregos antigos costumavam consultar oráculos, sob a crença de que nesse local sagrado os deuses revelavam suas vontades, bem como respondiam questões a respeito da vida cotidiana e dos acontecimentos futuros. Durante a época clássica, os atenienses, acreditando profundamente nos presságios oraculares, condicionavam suas ações à prévia consulta dos deuses.

Existiam muitos santuários oraculares,⁹ sendo os mais importantes e consultados, o de Zeus, em Dodona e o de Apolo, em Delfos. O oráculo Déléfco é o que mais nos interessa devido à sua relação com a tragédia analisada. Conta o mito que Apolo matou a serpente Piton com suas flechas e, com isso, herdou, do antigo deus local, o dom oracular. No desempenho da atividade oracular, Apolo possuía uma intermediária, a Pítia, que se assentava sobre um tripé, colocado em cima de uma fenda do solo, no centro do templo (JARDÉ, 1973, p. 157). A consulta obedecia a um rígido ritual: os consulentes geralmente ofereciam sacrifícios, pagavam uma taxa de consulta (*pelanos*) e formulavam suas indagações oralmente ou por escrito. A Pítia, sacerdotisa de Pito (antigo nome de Delfos) constituía um indispensável instrumento para a comunicação com o deus do oráculo e era escolhida entre as delfianas, primeiro entre as virgens e depois entre as mulheres mais velhas (Zaidman, 2010, p. 94). Sob influência dos vapores emanados do solo, a Pítia caía em êxtase e pronunciava palavras incoerentes, que eram recolhidas, redigidas e interpretadas pelos sacerdotes (Jardé, 1973, p. 159). Segundo o relato contido em *Édipo rei*, era a pitonisa do templo de Delfos quem proferia os oráculos: “Quem perpetróu com as mãos ensanguentadas / indescritíveis, torpes atentados / segundo a voz fatídica da pedra / de onde provém o oráculo de Delfos?” (v. 559-562).

Geralmente situados em cavernas, florestas ou encostas montanhosas e de difícil acesso, inspirando medo e respeito, o oráculo de Delfos era acessível tanto por terra como pelo mar, sendo frequente a chegada de navios vindos do Egeu ou das cidades ocidentais (Zaidman, 2010, p. 91). Os consulentes que vinham por terra, de Corinto, percorriam uma estrada que desembocava em

⁹ Harvey (1998, p. 365) faz menção a diversos santuários onde se pronunciavam oráculos na Grécia e na Ásia Menor, tais como a Caverna de Trofônios, na Boiotia; o santuário de Anfiáraos, em Ôropos; o Templo de Heraclés, em Bura. Dos oráculos estrangeiros, o mais conhecido era o de Zeus Ámon, situado no deserto do Líbio.

uma encruzilhada com a estrada de Daulis. Esse provavelmente era o local em que, segundo o mito, Édipo encontrou a comitiva de Laio. Delfos era considerado, em razão do oráculo, o centro do mundo ou o “âmago da terra”, como consta na seguinte passagem da tragédia:

Seguindo a trilha adversa que o isola
dos homens o infeliz tenta escapar
aos rígidos oráculos oriundos
do âmago da terra, mas em vão:
eles, eternamente vivos, cercam-no (v. 574-580).

No frontispício do templo de Apolo encontram-se as inscrições “conhece-te a ti mesmo” e “nada em excesso”, o que demonstra que o deus exigia, dos seus seguidores, autoconhecimento e comedimento, de modo que o conhecimento de si, o retorno às origens vitais e a prudência eram as chaves para se chegar à luz da razão.

Adivinhação e profecias

A adivinhação, para os gregos antigos, era tida como forma de comunicação entre deuses e homens. A prática era uníssona no mundo grego, assim como em todas as religiões da Antiguidade. As ruas de Atenas estavam sempre repletas de sacerdotes, adivinhos e intérpretes do voo dos pássaros. De acordo com Coulanges (1987, p. 234), os atenienses acreditavam nos presságios e qualquer zunido nos ouvidos era suficiente para afastá-los de empreendimentos. Nunca praticavam qualquer ato sem antes haver consultado os auspícios:

Antes de se casar, o ateniense não deixa de consultar o voo das aves. Acredita em palavras mágicas e, quando doente, coloca amuletos no pescoço. A assembleia do povo dispersa-se quando alguém afirma ter aparecido no céu qualquer sinal nefasto. Se o sacrifício se perturbou pelo anúncio de má nova, tem que se repetir (Coulanges, 1987, p. 234).

Muitas vezes, a adivinhação aparece ligada à prática sacrificial, que estava inserida no contexto das tradições religiosas que beneficiavam a *pólis*. O sacrifício¹⁰ era considerado um ato essencial do culto e a cada divindade era atribuída uma espécie de animal, o qual era ornamentado com guirlandas, galhardetes etc. Segundo Giordani, as vítimas destinadas aos deuses subterrâneos “eram colocadas de tal forma que o sangue corresse para a terra e, em geral, eram completamente queimadas em holocausto”, e as vítimas oferecidas aos deuses celestes “deviam ser degoladas de modo que o sangue fosse lançado em jato para o alto” (2008, p. 486). As entranhas do animal sacrificado eram objeto de avaliação e interpretação divinatória por parte dos profetas.

Na tragédia grega, o dom da adivinhação, presságios e profecias tinham como função anunciar o destino do herói. Em *Édipo rei*, Sófocles apresenta Tirésias como o grande adivinho de Tebas, sacerdote de Apolo, capaz de revelar a veracidade dos fatos e clarificar a mente de Édipo. O Corifeu, ao ver o profeta aproximar-se, ressalta seu caráter divino e oracular, como o único, dentre todos os homens, que poderia revelar a verdade e, com isso, salvar a cidade:

Já vejo aproximar-se quem vai descobri-lo.
Estão trazendo em nossa direção o vate
guiado pelos deuses, único entre os homens
que traz em sua mente a lúcida verdade (v. 352-355).

¹⁰ O sacrifício humano, admitido entre os primitivos, foi abolido durante o período clássico (séculos V e IV a.C.), sendo aceito apenas de forma excepcional, como ocorreu antes da batalha de Salamina, quando foram imolados prisioneiros persas (Giordani, 2008, p. 486).

O próprio Édipo, ao pedir para que o adivinho recorresse aos recursos divinatórios, inclusive à “revelação dos pássaros”,¹¹ parece afirmar sua crença no poder oracular de Tirésias:

Tu, que apreendes a realidade toda,
Tirésias, tanto os fatos logo divulgados
quanto os ocultos, e os sinais vindos do céu
e os deste mundo (embora não consigas vê-los),
sem dúvida conheces os terríveis males
que afligem nossa terra; para defende-la,
para salvá-la, só nos resta a tua ajuda (v. 356-362)
(...)
Nesta emergência então, Tirésias, não nos faltes,
Não nos recuses a revelação dos pássaros
Nem os outros recursos de teus vaticínios (v. 368-370)

O dom divinatório e oracular de Tirésias foi mencionado por Plutarco, em Orcomena (Zaidman, 2010, p. 89). Segundo a mitologia grega, Tirésias, em razão da ciência sobre as particularidades dos dois sexos, foi convocado para decidir uma discussão estabelecida entre Zeus e Hera, no sentido de saber quem tinha mais prazer sexual, o homem ou a mulher. Para Hera, o homem tinha mais prazer. Zeus, por sua vez, afirmava que era a mulher. O adivinho respondeu que se o prazer pudesse ser dividido em dez partes, a mulher ficaria com nove e o homem com uma. Descontente, Hera vingou-se dele, cegando-o. No entanto, Zeus, como recompensa por ter decidido a querela em seu favor, concedeu a ele o dom da adivinhação.

Os adivinhos, para Platão, deveriam ser expulsos da cidade, por serem capazes de “manipular e convencer as almas” (Zaidman, 2010, p. 158). O filósofo censura a prática do poder divinatório e das técnicas de persuasão para a obtenção de dinheiro, na seguinte passagem de *A República*:

¹¹ O padrão do voo dos pássaros era um recurso muito usado pelos videntes da época para seus vaticínios.

Dizem que os deuses deram a muitos homens bons, como quinhão, o infortúnio e uma vida má, mas, aos que são opostos a esses, uma sorte oposta à deles. Vagabundos e adivinhos vão até as portas dos ricos e os persuadem de que eles têm dentro de si, dada pelos deuses à custa de sacrifícios e encantamentos, uma tal força que, se houve uma injustiça cometida por alguém ou por um ancestral deles, são capazes de saná-la com prazeres e festas e, se alguém quiser fazer mal a um inimigo, a troco de pequeno pagamento são capazes de prejudicar tanto o justo quanto o injusto com fórmulas mágicas e sortilégios, persuadindo os deuses, segundo dizem, a ajuda-los.

(...)

Eles apresentam um grande número de livros de Museu e de Orfeu que, segundo afirmam, são descendentes da Lua e das Musas e, de acordo com esses livros, celebram sacrifícios, tentando convencer não só os indivíduos, mas também as cidades de que é possível obter absolvição e purificação de seus crimes por meio de sacrifícios e brincadeiras prazerosas, tanto em vida como após a morte (Livro II, 364b-365a).

Na tragédia sofocliana, Édipo também se refere a Tirésias com termos muito parecidos com os que Platão atribui aos adivinhos, ou seja, charlatões interessados apenas em dinheiro, que não nutrem qualquer complacência e boa vontade:

Carecem de justiça tais palavras tuas
e de benevolência em relação a esta terra
que te nutriu, pois não quiseste responder (v. 384-386).

...

Que dizes? Sabes a verdade e não a fala?
Queres trair-nos e extinguir nossa cidade? (v. 396-397).

Vontade divina, destino e castigo

A mitologia grega está repleta de episódios de manifestação colérica dos deuses, geralmente causados por equívocos humanos, gerando nefastas consequências ao culpado. O desprezo ao culto, o esquecimento dos deuses, a desobediência às predições oraculares era considerada uma mácula que, enquanto não fosse purificada, poderia ser comunicada a outras pessoas ligadas

ao culpado e até mesmo à cidade que o abrigasse. E Édipo bem sabe as consequências de contrariar a vontade dos deuses: “Cidades sem número, / apesar de bem governadas, muitas vezes / adotam a arrogância em relação a outras, / porém o olhar dos deuses, embora demore, / descobrirá aquelas que, contrariando / a divina vontade, agem com violência” (v. 1821-1826).

Os deuses também estavam atentos à desobediência aos seus oráculos. Em *Édipo rei* eles foram desprezados, como se nota das advertências do coro: “Desprezam os oráculos ditados / a Laio, como se nada valessem; / Apolo agora não é adorado / com o esplendor antigo em parte alguma; / a reverência aos deuses já se extingue” (v. 1074-1080). Em razão disso, os deuses tombaram sobre a cidade de Tebas uma peste de consequências nefastas: os frutos não mais brotavam, as mulheres grávidas não ficavam aliviadas das dores do parto, as aves precipitavam do céu e os habitantes sucumbiam aos montes (v. 211-225).

A cólera divina também incidia sobre toda a linhagem de sangue do culpado, de forma que toda sua ascendência e descendência, independentemente da existência de culpa, deveria ser expurgada da face da terra. Foi o que aconteceu com o desventurado Édipo e sua linhagem: seus filhos, Etéocles e Polinices, lutaram pela disputa pelo trono de Tebas; e Antígona deu cabo à própria vida, ao invés de aguardar a terrível e lenta morte na caverna imposta por Creonte, rei de Tebas, sucessor de Édipo. A maldição familiar fazia com que qualquer *harmatia*¹² cometida por um de seus membros recaísse sobre todos os parentes e seus descendentes. A família só escapava da responsabilidade caso rompesse toda e qualquer ligação com o culpado, expulsando-o do grupo, ou entregando-o à família ofendida.

Essa crença religiosa fez com que, durante os primórdios da história grega, os tribunais submetessem a julgamento não apenas homens, mas

¹² Os helenistas consideram a *harmatia* ou “erro trágico” como o erro por ignorância. Assim, o desconhecimento poderia ser considerado pré-condição para a *harmatia*.

também animais e objetos inanimados responsáveis acidentalmente pela morte de alguém, pois se acreditava que poderiam estar marcados pela mácula contaminadora.¹³

Ao lado da vontade e da ira divina, o destino poderia agir para reequilibrar a ordem cósmica, sempre que rompida. Desse modo, o destino, no contexto da Grécia antiga, não era um deus e não se subordinava a nada, mas, apesar disso, era considerado como forma de melhor compreender a punição divina. É dessa forma, que o destino aparece retratado nas palavras do Corifeu em *Édipo rei*: “Que divindade consumou agora / teu trágico destino inelutável, prostrando-te / com males que ultrapassam / a intensidade máxima da dor?” (v. 1541-1544).

A *moira*, entendida como o destino individual de cada um, bem como uma lei que nem mesmo Zeus poderia transgredir, constituía elemento essencial nesse contexto religioso. As Moiras eram consideradas pelos gregos antigos como as deusas do destino. Eram representadas por três mulheres idosas que fiavam incessantemente, cada qual com uma função específica: Clotó segurava a roca, Láquesis desviava o fio e Atropos cortava-o. Acreditava-se que elas apareciam na terceira noite após o nascimento para decidir o curso da vida de uma criança (Harvey, 1998, p. 379). Eram consideradas as “fiandeiras do destino”: uma verdadeira norma que se situava acima de tudo e de todos.

¹³ A própria legislação, na Grécia antiga, permanecia estreitamente vinculada a fatores mágicos e religiosos. Platão, em *As leis*, trata das penas cominadas aos animais ou objetos que causem a morte de um ser humano: “Se uma mula ou qualquer outro animal matar alguém – a não ser que isto ocorra durante alguma competição – o animal será processado pelos parentes do morto por assassinato e o caso será decidido pela quantidade de guardiões do campo (agrônomos) que for apontada pelos parentes. O animal condenado será morto e arrojado além das fronteiras do território. Se uma coisa inanimada privar alguém da vida – salvo um relâmpago ou um raio procedente do céu – mas tudo aquilo que provoca a morte de um ser humano caindo sobre ele ou o ser humano sobre a coisa, o parente do morto indicará como juiz o vizinho mais próximo e assim se purificará ele mesmo e toda a parentela; quanto ao objeto reconhecido como culpado, será arremessado além das fronteiras, como já o dissemos em relação aos animais” (Livro IX, 873-874, 2010, p. 384).

A expressão mítico-religiosa como fonte literária e mecanismo de controle social

As narrativas envolvendo deuses e heróis sobejavam entre os dramaturgos e poetas gregos, que encontravam na tradição mítica inspiração para compor as suas narrativas e poemas. Os escritores não criavam o mito, mas resgatavam as ideias que haviam sido formuladas pelo conjunto de histórias do passado e as reescreviam. O mito, como expressão da própria realidade, funcionava como referente para os poetas e escritores na composição das suas narrativas. Em outras palavras, os mitos representam as fontes básicas a partir das quais os textos culturais eram elaborados.

Do vasto repertório mítico-religioso grego, Sófocles, ao compor *Édipo rei*, recorreu a vários elementos dessa natureza, como práticas oraculares (consulta de Cadmo a respeito do paradeiro de sua irmã; consulta de Laio sobre a fecundidade de seu casamento; consulta de Édipo sobre sua origem; e consulta de Creonte a respeito da causa da peste que assolava Tebas); recursos divinatórios e profecias (a vidência e premonições realizadas por Tirésias); o destino (que torna Édipo impotente e vítima da sua própria luta) e a maldição (que recaiu sobre a família dos Labdácidas, atingindo Laio, Jocasta, Édipo e todos os seus filhos).

Percebe-se no texto sofocliano que todos esses elementos aparecem em segundo plano e raramente intervêm no destino das personagens, embora sejam mencionados com frequência. Apesar disso, constata-se também que “qualquer violação da ordem cósmica gera sofrimento, mas o sofrimento pode redimir e exaltar” (Bowra, 1969, p. 109).

A tragédia grega, no período clássico, compartilhava duas espécies de realidades: uma mítica, relativa a uma história que se passou em um tempo

primordial e remoto, e outra atual, carregada de valores então vigentes na época. Sófocles, atento à realidade ateniense e sendo conhecedor dos problemas específicos que afligiam a *pólis*, buscou inspiração no passado mítico e na antiga religião ainda presentes na cidade, para estabelecer um mecanismo de controle social, ensinando como os cidadãos deveriam comportar-se e lidar com as mais diversas questões da vida.

Uma lição bastante difundida no meio acadêmico e que muito bem explica as funções do mito é a exposta por Campbell (2001, p. 139-14), a qual aponta quatro funções para as mitologias tradicionais: função mística, função cosmológica, função sociológica e função psicológica. A função mística ou metafísica do mito destina-se a harmonizar o homem com a realidade, pois diante da efemeridade das coisas, necessário se faz que ele busque alguma resposta ao drama da existência. A função cosmológica constitui e transmite uma imagem do mundo em todos os seus aspectos e mistérios. A terceira destas funções, a função sociológica, torna o mito capaz de preservar a ordem social, por meio de um código moral de condutas. Enfim, a função psicológica da narrativa mítica faz com que o homem seja moldado e preparado para conviver em sociedade.

Campbell afirma que o mito tem a função de “validar e manter alguma ordem social específica, endossando seu código moral como uma construção além da crítica ou emenda humana” (2001, p. 140). Nos dizeres de Campbell, as mitologias da humanidade servem para “guiar os jovens além de seu terreno na natureza e, simultaneamente, apoiar os velhos de volta à natureza até a penumbra do último portal” (2001, p. 144).

Eliade, por seu turno, entende que a revelação de “modelos exemplares de todos os ritos e atividades humanas significativas” (2012, p. 87) é uma das principais funções do mito. De acordo com o referido mitólogo, nas sociedades

primitivas, os mitos permitiam a “abertura” para um mundo sobre-humano, um mundo de valores transcendentais, que foram revelados por Entes Divinos. Esses valores absolutos serviriam de modelo para todas as atividades humanas, pois seriam reconfirmados por meio dos ritos. A imitação dos eventos que ocorreram no tempo primordial ajudaria o homem primitivo a descobrir a verdade e o mundo real. Assim, considerando que os mitos fazem menção a um passado glorioso, repleto de feitos grandiosos, sua imitação pelo homem traria a ele um aspecto positivo, no sentido de tornar o “sagrado” acessível à sua experiência (Eliade, 1972, p. 123-124). Sobre o aspecto ritualístico do mito, ainda explica Eliade (1972, p. 124):

A rememoração e a realização do evento primordial ajudam o homem ‘primitivo’ a distinguir e reter o real. Graças à repetição continua seu gesto paradigmático, algo se revela como fixo e duradouro no fluxo universal. Através da repetição periódica do que foi feito *in illo tempore*, impõe-se a certeza de que algo *existe de uma maneira absoluta*.

A tragédia, entre os gregos, era dotada de uma “função social”, tendo-se em vista que ao incutir no espectador os sentimentos de terror e piedade, alerta-o para o “erro trágico”. Trata-se, na verdade, de uma função pedagógica, que educa o público, pois ao sofrer junto com o herói, ele aprende a moderar-se e a controlar as suas condutas e paixões. E nesse contexto, não se pode olvidar que os elementos míticos-religiosos introjetados em *Édipo rei* por Sófocles, especialmente as drásticas consequências decorrentes das reiteradas desobediências ao oráculo e às profecias, funcionem como código de conduta destinados a transformar e controlar convicções, bem como moldar ações no âmbito da cidade.

Considerações finais

A tragédia grega teve seu apogeu no período clássico (séculos V e IV a.C.), quando a democracia atingiu seu mais importante momento. Nessa época, os gregos também vivenciavam a transição do *mithos* para o *logos* e o pensamento racional e antropocêntrico fez com que uma nova dimensão do homem, fundada na capacidade de pensamento, nascesse. No entanto, o pensamento racional, embora tenha emergido em todos os domínios do conhecimento, não impediu que a tragédia continuasse a retratar temas míticos e religiosos.

O mito e as práticas religiosas gregas não tinham apenas a função de oferecer respostas às indagações que frequentemente floresciam na mente do homem a respeito da existência e do significado do mundo, mas também de atender às necessidades espirituais, aspirações morais e até exigências práticas.

Observa-se que a religiosidade grega se fazia fortemente presente no teatro de Sófocles, especialmente em *Édipo rei*, pois os deuses, embora atuassem à distância, agiam por meio de oráculos e adivinhos. Ademais, Sófocles demonstra a superioridade da vontade divina e a força implacável do destino. Com isso, o dramaturgo também moldou condutas no campo religioso, evidenciando, assim, o caráter educacional e formador de *Édipo rei*, ao ratificar códigos morais, bem como suprir as necessidades espirituais do homem grego.

Édipo desprezou as profecias e não teve o cuidado de interpretá-las, sobretudo as emanadas do oráculo de Apolo e do adivinho Tirésias. Nos antecedentes míticos da tragédia, Édipo não interpretou bem os sinais oraculares, pois caso tivesse feito, evitaria os riscos de tirar a vida de alguém que poderia ter a idade para ser o seu pai ou de casar-se com alguém com idade para ser sua mãe. Todos os recursos divinatórios passaram despercebidos aos olhos sadios de Édipo, mas não aos olhos cegos do vidente. No decorrer da

tragédia, Édipo fez uso inadequado do saber que o conduziu ao trono de Tebas ao derrotar a terrível esfinge, bem como foi incrédulo com relação aos deuses. Nas sábias palavras de Tirésias, “é terrível a sapiência / quando quem sabe não consegue aproveitá-la!” (v. 378-379).

As profecias oraculares, ao lado das predições dos adivinhos, da vontade dos deuses e da influência do destino, se fazem presentes em *Édipo rei*, demonstrando que o pensamento, a razão, o *logos*, conduzem apenas e tão somente ao conhecimento estritamente mecânico das coisas e somente a experiência imediata e libertadora do divino pode auxiliar a solucionar os problemas mais profundos da existência e do espírito humano. A vida do homem grego era dotada de um caráter aberto, pois antes da morte, ele sempre estaria sujeito à obediência aos sinais, vaticínios oraculares e dos sacerdotes, à vontade divina e ao destino. Enquanto vivo, não poderia ser considerado feliz, ainda que tivesse percorrido a vida num estado de bem-aventurança, sendo, pois, preciso cruzar as fronteiras da vida inconsciente. Édipo cerrou os olhos antes do advento do dia fatal. O drama do famoso decifrador de enigmas termina com o seguinte ensinamento: “até o dia fatal de cerrarmos os olhos / não devemos dizer que um mortal foi feliz de verdade / antes dele cruzar as fronteiras da vida inconsciente / sem jamais ter provado o sabor de qualquer sofrimento!” (v. 1807-1810).

Referências bibliográficas

BOWRA, Cecil Maurice. *Grécia clássica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

CAMPBELL, Joseph. “Temas mitológicos na arte e na literatura criativa”. In: CAMPBELL, Joseph. *Mitos, sonhos e religião*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

CAMPBELL, Joseph. *Mito e transformação*. Trad. Frederico N. Ramos. São Paulo: Ágora, 2008.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

DETHLEFSEN, Thorwald. *Édipo, o solucionador de enigmas*. Trad. Zilda Hutchinson Schild. São Paulo: Cultrix, 1990.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Trad. Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FERREIRA, Lúcia Rocha. "O terrível dom do saber: o conflito entre o rei e o adivinho no Édipo rei de Sófocles". In: *Letras clássicas*, n. 6, 2002. p. 79-98.

FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos*. Trad. Jayne Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

GIORDANI, Mario Curtis. *História da Grécia*. Petrópolis: Vozes, 2008.

HARVEY, Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

JARDÉ, Auguste. *A Grécia antiga e a vida grega: geografia, história, literatura, artes, religião, vida pública e privada*. Trad. Gilda Maria Reale Starzynski. São Paulo: Edusp, 1973.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

PLATÃO. *A República*. Trad. Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PLATÃO. *As leis, ou da legislação e epinomis*. Trad. Edson Bini. Bauru, SP: Edipro, 2010.

SÓFOCLES. *A trilogia tebana: Édipo rei, Édipo em Colono, Antígona*. Trad. de Mário da Gama Kury. 15 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

VERNANT, Jean-Pierre. *O universo, os deuses, os homens*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIEIRA, Trajano. "Mosaio Hermenêutico". In: SÓFOCLES. *Édipo rei*. Trad. Trajano Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ZAIDMAN, Louise Bruit. *Os gregos e seus deuses: prática e representações religiosas da cidade na época clássica*. Trad. Mariana Paolozzi Sérvulo da Cunha. São Paulo: Edições Loyola, 2010.